



XAVANTE: A RELIGIOSIDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA CULTURAL NAS TERRAS INDÍGENAS XAVANTE

Rosa Marineide Mendes da Cruz¹

Resumo: Este estudo investiga a religiosidade do povo Xavante como manifestação fundamental de resistência cultural nas Terras Indígenas. As práticas espirituais desempenham papel central na organização social e na preservação da memória ancestral, articulando saberes que enfrentam as pressões históricas e políticas que ameaçam a identidade e a autonomia cultural. Os rituais, os cantos e as danças revelam estratégias de afirmação existencial e territorial, configurando-se como ações coletivas essenciais para a manutenção do modo de vida Xavante. Dessa forma, a religiosidade ultrapassa a dimensão espiritual isolada, apresentando-se como uma ferramenta vital de resistência e reafirmação identitária. Além disso, a religiosidade funciona como um meio para a projeção de futuros, especialmente no contexto das complexas relações entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade envolvente. Assim, este estudo destaca a importância da espiritualidade Xavante para a luta contínua por reconhecimento, autonomia cultural e preservação dos saberes originários.

Palavras-chave: Xavante; religiosidade indígena; resistência cultural; identidade; cosmovisão.

1 Introdução

A religiosidade dos povos indígenas, em especial do povo Xavante, é frequentemente reduzida a um âmbito meramente espiritual, o que invisibiliza sua importância como matriz epistemológica fundamental para a organização social, política e simbólica desses grupos. Essa redução contribui para o desconhecimento e a desvalorização dos saberes indígenas diante das estruturas coloniais e pós-coloniais, que impõem formas sutis de dominação cultural e epistemológica. Conforme destaca Quijano (2005), a colonialidade do poder transcende a dominação institucional e manifesta-se em controles persistentes sobre o saber, o poder e as identidades, dificultando a afirmação cultural dos povos originários e perpetuando processos de subalternização. Diante desse cenário, surge o problema de pesquisa: de que maneira a religiosidade Xavante funciona como prática política e epistemológica capaz de resistir à colonialidade do poder e ao epistemicídio, garantindo a manutenção da identidade cultural e a reinterpretação das relações sociais no contexto contemporâneo?

Esta investigação justifica-se pela necessidade de compreender a religiosidade

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Estado de Goiás. E-mail: rosa.cruz@edu.mt.gov.br.



indígena não apenas como expressão espiritual, mas como elemento vital para a constituição da identidade cultural e resistência simbólica, conforme apontam Kopenawa e Albert (2015). Para esses autores, a cosmovisão indígena constitui um sistema complexo de conhecimento que ultrapassa a lógica ocidental, sustentando-se como base para a organização do mundo e das relações sociais. Além disso, a compreensão da religiosidade Xavante como forma de resistência epistemológica contribui para a valorização dos saberes originários e para a formulação de políticas públicas que respeitem e promovam a diversidade cultural. A historicidade dos rituais indígenas, entendida a partir das reflexões de Arendt (2016) sobre a ação humana e a inauguração do novo, assim como das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” propostas por Koselleck (2006), reforça a dimensão política e dinâmica da religiosidade, que projeta futuros além das limitações impostas pela colonização cultural.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo principal analisar a religiosidade do povo Xavante enquanto forma de resistência política e epistemológica frente às imposições da colonialidade do poder. Busca-se, para tanto, identificar os elementos centrais da cosmologia e dos rituais Xavante que fundamentam sua organização social e política; investigar como a religiosidade contribui para a reconstrução identitária e o enfrentamento do epistemicídio descrito por Carneiro da Cunha (1992); compreender a historicidade dos rituais indígenas sob a perspectiva da agência humana, conforme Arendt (2016) e Koselleck (2006); e refletir sobre a importância da religiosidade Xavante para as lutas contemporâneas por reconhecimento e autonomia cultural. Conforme ressaltam Albert e Ramos (2002), a espiritualidade Xavante funciona como sistema cosmológico que reconstrói e ressignifica as relações com o “branco”, reafirmando uma lógica indígena de mundo em meio a uma violência estrutural contínua, conforme analisa Foucault (2011). Assim, a religiosidade revela-se não apenas como prática espiritual, mas como ação política e exercício poético da existência indígena, representando um combate direto ao processo de epistemicídio e à hegemonia colonial.

2 A Religiosidade Xavante como Expressão de Resistência Coletiva

A religiosidade Xavante desempenha papel central e multifacetado na articulação das dimensões essenciais à sobrevivência cultural deste povo: identidade, memória e resistência. Não se trata de religiosidade confinada à esfera simbólica ou espiritual



isolada, mas de uma dimensão existencial e política que se manifesta nos rituais, cantos e danças cerimoniais, elementos que, em sua realização, constituem manifestações performativas carregadas de significado simbólico, social e político. Estes acontecimentos rituais atuam como expressões da agência indígena, reafirmando a existência coletiva dos Xavante e sua territorialidade ancestral, rompendo com a tentativa constante de apagamento e assimilação promovidas pelos processos coloniais.

O rito de iniciação conhecido como Wai'a transcende a simples passagem para a vida adulta, configurando-se como rito fundacional para a constituição do sujeito social dentro da comunidade, pois insere o indivíduo na continuidade histórica e metafísica do povo. Cada canto e dança são veiculadores de memórias ancestrais e instrumentos políticos de afirmação territorial que reconstróem vínculos entre os indivíduos, a comunidade e a terra, como relatam Kopenawa e Albert (2015) sobre a importância da cosmologia para a forma de ser e estar no mundo na cosmopolítica indígena. Esses elementos performativos permitem que a comunidade fortaleça-se diante das ameaças externas e dos inúmeros mecanismos coloniais que buscam fragmentar as coletividades indígenas.

Homi Bhabha (1998) oferece ferramentas conceituais para a análise dessa dinâmica. Em sua formulação do que chama de "zonas de hibridismo cultural", ele descreve o espaço liminar onde se constrói a identidade cultural num movimento tensionado entre forças de dominação e agência. No caso dos Xavante, essa noção evidencia-se com clareza: a espiritualidade indígena não se apresenta como estática, mas é prática insurgente que opera nesse entre-lugar, resistindo e subvertendo a homogeneização cultural imposta pela colonização que tenta subsumir diferenças à lógica dominante. Tal hibridismo não implica simples fusão passiva, mas emergência de nova forma de ser, agência que redefine identidades e relações de poder de modo a fortalecer a presença e autonomia Xavante.

Essa insurgência, conforme destaca Hannah Arendt (2016), baseia-se na recusa à neutralização da diferença, revelando-se por meio da ação humana capaz de romper com as repetições históricas que consolidam opressão e invisibilização. Por meio do ritual, os Xavante atualizam o que Koselleck (2006) denomina "espaço de experiência", um acúmulo coletivo de memória constituído em épocas de sofrimento, deslocamentos forçados, violência estrutural e luta pela sobrevivência. Esse espaço não é relicário estático, mas reativado constantemente nas práticas rituais que projetam também



“horizontes de expectativa”, possibilidades futuras onde a cultura pode sobreviver e se afirmar contra os dispositivos coloniais que ainda operam no presente.

Foucault (2011) contribui para compreender como as relações de poder se manifestam não apenas por meio de aparato institucional direto, mas especialmente pela infiltração nos corpos, discursos e subjetividades, buscando controlar aspectos fundamentais da vida social íntima. No entanto, ao transformar o corpo cerimonial em território político, a religiosidade Xavante subverte essa lógica. O corpo ritualizado passa a ser palco e símbolo da resistência, local onde se trava insurgência contra os dispositivos colonizadores, evidenciando que o corpo indígena não é mero objeto de poder, mas sujeito ativo que se opõe, reclama e reinventa sua existência. Este entendimento ressoa com as perspectivas apresentadas por Kopenawa e Albert (2015), que destacam a cosmologia indígena não apenas como sistema simbólico, mas como ato de denúncia e resistência: diálogo com os mortos e espíritos, e compromisso com o futuro, configurando resistência plurissensorial (envolvendo diferentes sentidos) e intertemporal (que articula passado, presente e futuro).

Nesse sentido, a performatividade dos rituais não é mero efeito simbólico isolado, mas subsume práticas que recriam tempo e espaço, afirmando territorialidades e identidades contra forças assimilacionistas e colonialistas que pressionam territórios indígenas. Este movimento contestatório que passa pela espiritualidade Xavante é inseparável da materialidade da vida cotidiana e dos enfrentamentos políticos desse povo no cenário sociopolítico brasileiro contemporâneo.

Além disso, a religiosidade opera como mecanismo pedagógico crucial na transmissão intergeracional de saberes ancestrais, conhecimentos ambientais, formas de sociabilidade e relações cosmológicas. Tal transmissão não é mecânica nem preservacionista, mas processo dinâmico de elaboração que mantém vivos os saberes em permanente diálogo com as condições atuais, reafirmando identidade enquanto processo vivo e coletivo, condição filosófica essencial para resistência e renovação cultural. Carneiro da Cunha (1992) salienta que essa narrativa de resistência contrapõe-se à história oficial do apagamento indígena, sendo a religiosidade eixo discursivo e prático que reconta a história a partir da perspectiva indígena, história mais íntegra, complexa e resistente.

Por sua vez, Albert e Ramos (2002) analisam como cosmologias indígenas promovem pacificação e entendimento do contato entre indígenas e não indígenas não



apenas em termos de conflito, mas como práticas simbólicas que possibilitam ressignificações, criando espaços de negociação cultural. Neste sentido, a religiosidade torna-se também gramática discursiva fundamental para reinventar e reafirmar mundo indígena em contextos complexos de encontro e tensão.

Assim, a religiosidade Xavante articula profunda crítica e resistência epistemológica contra o que Quijano (2005) denomina colonialidade do poder, onde formas eurocêntricas de saber, organização social e política impõem-se como universais, negando outras ontologias e cosmovisões. Essa disputa de significados atravessa não apenas discursos oficiais, mas a própria materialidade do espaço vivido. Foucault (2011) complementa essa análise enfatizando que o poder se realiza no cotidiano, nas práticas e nos corpos; dessa forma, a religiosidade atua como resistência que invade o campo do poder corporal e simbólico, desafiando-o.

De modo geral, por meio de rituais, cantos e danças performativas, a religiosidade Xavante não apenas reitera identidade e territorialidade ancestral, mas também inova na constante recriação dessas dimensões, negando homogeneização cultural, afirmando pluralidade epistemológica e produzindo novos significados. Trata-se de resistência múltipla, simultaneamente simbólica, política, epistemológica e existencial, que expõe tensões e potências da cultura indígena diante das pressões externas coloniais.

Compreender esse processo em toda sua complexidade exige interlocução entre diferentes campos do saber (antropologia, estudos da religião, filosofia política e crítica pós-colonial) e valorização da perspectiva própria dos povos indígenas, como defendem Kopenawa e Albert (2015), Albert e Ramos (2002) e demais autores referenciados. É nesta interlocução que a religiosidade Xavante revela-se instrumento indispensável para reafirmação da presença indígena no Brasil contemporâneo e para vitalidade cultural que desafia colonialidade estrutural persistente.

3 A Historicidade Viva da Resistência Xavante: Rituais, Tempo e Reexistência

Compreender a religiosidade do povo Xavante demanda deslocar a perspectiva tradicional que a interpreta como mera repetição de costumes ancestrais ou simples crença espiritual. É necessário reconhecê-la como uma manifestação histórica complexa, vital e resistente. Os rituais indígenas compõem uma temporalidade própria, uma experiência do tempo que se inscreve em tensão com as imposições da cronologia colonial e da



linearidade da modernidade ocidental. Essa temporalidade singular é fundamental para afirmar identidades, territorialidades e projeções políticas que sustentam as lutas e a persistência cultural do povo Xavante.

A teoria da ação, conforme desenvolvida por Hannah Arendt, contribui significativamente para esse entendimento ao conceber a história como espaço aberto à ação humana, e não como uma sucessão linear de fatos determinados. Assim, os rituais não devem ser vistos como repetições estéreis, mas como atos fundantes que recriam continuamente o tempo social da comunidade indígena. Eles instauram um tempo alternativo, autônomo, que desafia a cronologia oficial e eurocentrada, afirmando-se como expressão concreta de autonomia e agência.

Reinhart Koselleck complementa essa leitura ao destacar a dialética entre o “espaço de experiência” — memória coletiva construída ao longo das gerações — e o “horizonte de expectativa” — projeções de futuro delineadas pelo grupo. No contexto Xavante, essa articulação é vivenciada intensamente nos ritos, onde a ancestralidade não apenas informa o presente, mas também orienta as ações políticas e culturais voltadas à continuidade do povo. Os rituais, portanto, materializam uma temporalidade cíclica que se opõe à lógica linear da história moderna, instaurando uma experiência sagrada e politicamente ativa do tempo.

A partir da categoria “colonialidade do poder”, o pensador Aníbal Quijano oferece base teórica para compreender como as estruturas coloniais se mantêm operantes nas esferas do saber, da identidade e da organização social. A religiosidade Xavante, ao se afirmar como sistema próprio de conhecimento e cosmovisão, contesta diretamente essas formas de dominação, insurgindo-se como prática epistemológica que rompe com os paradigmas impostos. Nesse sentido, os rituais tornam-se formas de insurgência contra o epistemicídio e a deslegitimação dos saberes indígenas.

Nesse contexto, Bruce Albert e Alcida Ramos demonstram que as cosmologias indígenas são sistemas criativos e não apenas respostas reativas à colonização. Elas são capazes de transformar experiências de dor e deslocamento em narrativas de reconstrução, estabelecendo gramáticas culturais que ressignificam o trauma e promovem a continuidade da vida indígena. No universo simbólico dos Xavante, o sagrado torna-se instrumento de resistência, reexistência e afirmação identitária.

Manuela Carneiro da Cunha, por sua vez, problematiza os silenciamentos e apagamentos na história indígena brasileira, evidenciando que a religiosidade



desempenha um papel central não só como culto espiritual, mas também como núcleo de resistência cultural, educação moral e reconstrução coletiva. A religiosidade, nesse caso, atua como antídoto à narrativa histórica dominante, possibilitando a retomada da memória e da dignidade cultural.

Homi Bhabha acrescenta a esse debate o conceito de “terceira margem” ou espaço liminar, onde se processam negociações culturais entre dominação e subversão. No caso da religiosidade Xavante, esse espaço configura-se como território simbólico insurgente, onde práticas rituais criam sentidos novos a partir da fricção com os modelos coloniais. É nesse entre-lugar que a identidade se refaz continuamente, desafiando as tentativas de homogeneização cultural e reafirmando a pluralidade indígena.

Essa articulação teórica, crítica e antropológica permite reconhecer a religiosidade Xavante como um fenômeno multifacetado, onde se entrelaçam tempo, memória, espaço e resistência. Trata-se de uma vivência que desafia a narrativa histórica ocidental e evidencia a existência de outras formas de temporalidade e de produção de sentido, nas quais passado, presente e futuro não são dissociados, mas atualizados continuamente nas práticas rituais.

Os rituais, portanto, não apenas preservam a cultura Xavante, mas também a recriam e a projetam. Funcionam como dispositivos de resistência à colonialidade estrutural e como mecanismos de construção de mundos possíveis. Neles, os Xavante não apenas resistem, mas habitam sua própria historicidade como sujeitos ativos, reafirmando sua autonomia cultural e política em um cenário de desigualdades persistentes e pressões sistemáticas à sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A religiosidade Xavante revela-se, em sua plenitude, como um alicerce estrutural para a resistência cultural, política e epistemológica dos povos originários, transcendendo o domínio do sagrado para assumir um papel ativo na sustentação da vida coletiva. Longe de ser uma dimensão espiritual isolada, ela se configura como linguagem simbólica e prática histórica que enfrenta, contesta e ressignifica as estruturas de poder que, ao longo dos séculos, buscaram desarticular e silenciar os modos de existência indígenas.

Ao articular, de forma indissociável, memória, identidade e futuro, a religiosidade

Xavante subverte as narrativas hegemônicas e promove a reconstrução do presente a partir de referenciais próprios, enraizados em cosmologias ancestrais. Suas práticas rituais, corporais e espirituais funcionam como verdadeiros dispositivos de resistência ativa, ampliando a agência política do povo Xavante frente às permanentes expressões da colonialidade — tanto no plano institucional quanto discursivo.

Nesse contexto, a religiosidade não apenas preserva tradições; ela reinventa mundos. Constitui-se como espaço de criação ontológica, de reexistência cotidiana e de elaboração de futuros possíveis. Sua potência não está apenas na manutenção de saberes ancestrais, mas na capacidade de gerar sentido, reorganizar o tempo e sustentar a esperança em contextos marcados por violência histórica, apagamentos sistemáticos e disputas por legitimidade.

Reconhecer a religiosidade indígena como território legítimo de produção de conhecimento, ética e política é um passo fundamental para a valorização da pluralidade epistemológica e da diversidade cultural que compõem o Brasil profundo. Mais do que um gesto de respeito, trata-se de uma necessidade ética e histórica, que exige o rompimento com as lógicas coloniais ainda operantes nos campos do saber, da representação e da institucionalidade.

Ao celebrar seus ritos, os povos indígenas não apenas evocam seus passados silenciados: eles reconfiguram o presente e projetam futuros possíveis, reafirmando sua existência, autonomia e dignidade diante de um mundo que, insistentemente, tenta negar-lhes o direito de narrar-se por si mesmos. A religiosidade Xavante, nesse cenário, permanece como chama viva de resistência, criação e reconstrução coletiva, um patrimônio imaterial que ilumina o caminho da justiça histórica e da pluralidade de mundos.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (orgs.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte Amazônico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

ARENDDT, Hannah. O conceito de história: antigo e moderno. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo:



Companhia das Letras, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2011.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: _____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.